



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS

ATA DA QUADRINGENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA NONA (479ª) REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE JULGAMENTO ESPECIAL DE PROCESSO ÉTICO PROFISSIONAL – PEP Nº 0220023.00000014/2024-90, PEP Nº 0220023.00000079/2024-87 E PEP Nº 0220017.00000013/2023-12.

Ao 22 (vinte e dois) dias do mês de outubro de 2025 às 14:00 horas, reuniram-se no plenário do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Amazonas, em sessão especial de julgamento, sob a presidência do Médico Veterinário Ednaldo Souza da Silva - Presidente. Presentes o Vice-Presidente Haruo Takatani, a Secretária-Geral Letícia Barros de Alencar e os Conselheiros Dra. Sabrina F. de Medeiros, Camilla Barbosa Leite, Pablo Nahum F. de Oliveira de forma presencial e o Tesoureiro Dr. Marcelo Vieira da Gama, Dra. Luma Viana G. dos S. Pigozzo e Dra. Bruna Castro Costa de forma remota. Possuindo sua ausência justificada a Dra. Evellyn Freire Santos. Havendo quórum, o Presidente declarou aberta a presente sessão especial para julgamento do processo ético em pauta. Passando a palavra à Secretária-Geral para verificar se as partes estavam presentes e/ou representadas do processo, estando presente a advogada da parte denunciada, **Dra. [REDACTED]**. Sendo a parte denunciante **[REDACTED]** e a denunciada, **[REDACTED]** -VP, referente ao Processo Ético-Profissional nº 0220016.00000008/2022-11 que foi instaurado por denúncia. A seguir o Presidente indagou sobre impedimento ou suspeição de algum conselheiro, sem manifestações. Concedeu a palavra a Conselheira Relatora Dra. SABRINA FONSECA para ler seu relatório conforme preceitua o artigo 60 do CPEP. A senhora Relatora fez um resumo da denúncia e dos atos processuais, sendo o presente PEP instaurado por comunicação do MAPA referente a emissão de atestados sanitários em desconformidade formal (pré-datação), com juntada de documentos fiscais e sanitários correlatos. Posteriormente, foi dada a palavra a defesa, sendo a **Dra. [REDACTED]**, a qual relatou brevemente a defesa da **Dra. [REDACTED]**, falando que a denunciada faz seu trabalho em conformidade com a legislação vigente e que o corrido não se trata de conduta praticada pela denunciada. Em seguida, o presidente solicitou a saída da parte da defesa presente, no sentido de ser realizada a discussão do processo. Em seguida, o Presidente solicitou que a Conselheira Relatora, realizasse a leitura da fundamentação do processo, onde a apreciação limita-se à análise da regularidade ética na emissão de atestados sanitários noticiada pelo MAPA, notadamente quanto a vício formal de datação e ao cumprimento das normas aplicáveis, com base nas peças encaminhadas e nos atos processuais regularmente praticados. Preserva-se a correlação entre os fatos descritos e o enquadramento normativo do Código de Ética do Médico-Veterinário (Resolução CFMV nº 1.138/2016). Além disso, a emissão de documentos sanitários sujeita-se a regramento específico de órgão público e demanda zelo formal acrescido. A pré-datação de atestados, ainda que sem demonstração de dolo ou de dano sanitário concreto, caracteriza descumprimento do dever objetivo de cuidado e afronta à observância das normas aplicáveis. No Código de Ética, a conduta submete-se, em tese, ao art. 9º, inciso I, alínea b (imprudência), por violação do dever de cautela na emissão de documentos, e ao art. 9º, inciso V (deixar de observar normas emanadas de órgãos públicos), por inobservância do padrão normativo exigido para documentos sanitários. Correlatamente, incide o dever do art. 6º, inciso X (informar com precisão a abrangência e limites de suas ações e prescrições), dada a natureza declaratória e a relevância pública do conteúdo atestado. Por fim, no âmbito ético-profissional, a responsabilidade independe de prévia sanção administrativa de outro órgão, bastando convicção motivada do Conselho quanto à conduta culposa e ao descumprimento de deveres éticos. Os documentos constantes dos autos são suficientes para evidenciar a irregularidade formal do(s) atestado(s) e a desconformidade com as exigências normativas, sem prova de dolo específico. A relatora aduz que diante dos fatos apresentados nos Autos, julgar procedente a representação ética em **desfavor** da médica-veterinária **[REDACTED]** (VP), reconhecendo a prática de infrações previstas na Resolução CFMV nº 1.138/2016; classificar a conduta, na espécie concreta, como infração de menor gravidade, **aplicando a pena de censura confidencial**, nos termos do art. 38, inciso II, do Código de Ética; aplicar,



Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS

cumulativamente, multa acessória no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), nos termos da Resolução CFMV nº 682/2001, a ser recolhida na forma e no prazo regulamentares fixados pelo CRMV-AM e determinar a anotação da penalidade nos assentamentos da profissional e a ciência às partes, facultado recurso ao CFMV no prazo legal; A seguir, o presidente tomou o voto da conselheira relatora, que foi pela procedência da denúncia. Os Conselheiros quanto as preliminares, mérito, capitulação e fixação da pena. Colhida a decisão na forma do art. 55 do CPEP, o Plenário decidiu por 8 votos a favor da relatora, acolhendo o parecer da Relatora, **julgando procedente a denúncia e aplicação das penalidades previstas pela legislação.** Na sequência, deu início o segundo Processo Ético-Profissional nº 0220029.00000009/2023-30. Passando a palavra à Secretária-Geral para verificar se as partes estavam presentes e/ou representadas do processo, estando presente a parte denunciada Dra. [REDACTED], não estando presente a parte denunciante. Possuindo como denunciado, [REDACTED] VP, e como denunciante [REDACTED]. A seguir o Presidente indagou sobre impedimento ou suspeição de algum conselheiro, sem manifestações. Concedeu a palavra o Conselheira Relatora Dra. [REDACTED], para ler seu relatório conforme preceitua o artigo 60 do CPEP. A senhora Relatora fez um resumo da denúncia e dos atos processuais, imputando, em síntese, ausência de CTI/UTI em clínica e atendimento reputado inadequado, com óbito do animal. Em seguida o Presidente passou a palavra a parte denunciada para fazer sua sustentação oral, a qual relatou, que não sabia nem o que estava sendo denunciada, alegando que a clínica não é dela e que somente presta serviço no local. Que orientou sobre os riscos da cirurgia a tutora, que a cadela tinha histórico de convulsões. Que foi realizada a cirurgia em razão de estar com fetos mortos. Que após esta quando a cadela passou mal ela retornou a clínica prontamente e que a cadela teve convulsão e apresentou parada cardíaca. Que quem estava com a cadela era a mãe da sua cliente e que não foi dada o devido cuidado ao animal. Em seguida o Presidente solicitou a saída parte denunciada para discussão do plenário sobre o processo. O Presidente retornou a palavra ao Conselheiro Relator para proceder com a leitura da fundamentação e voto. O relator aduz que diante dos fatos apresentados neste auto decidiu por determinar o arquivamento do Processo Ético-Profissional, por ausência de prova robusta e conclusiva de infração ao Código de Ética, além de cientificar a denunciante e a profissional denunciada do teor desta decisão, proceder às anotações de praxe nos assentamentos profissionais, observadas as cautelas legais, facultar às partes a interposição de recurso no prazo regulamentar e após o trânsito, **providenciar a baixa e o arquivamento dos autos.** A seguir, o presidente tomou o voto do conselheiro relator, que foi pelo arquivamento da denúncia. Sendo colocado em discussão a matéria, concedendo a palavra aos Conselheiros na forma do artigo 63 e seguintes da Resolução CFMV 1330/2020. Os Conselheiros quanto as preliminares, mérito, capitulação e fixação da pena. Colhida a decisão na forma do art. 55 do CPEP, o Plenário decidiu por 8 votos com o relator, acolhendo o parecer do Relator, julgando improcedente e a **providencia da baixa e o arquivamento dos autos.**

Em seguida, deu-se início ao terceiro julgamento Processo Ético-Profissional nº 0220029.00000010/2023-21, possuindo como denunciante [REDACTED], e como denunciado [REDACTED]. A seguir o Presidente indagou sobre impedimento ou suspeição de algum conselheiro, sem manifestações. Estando presente apenas a parte denunciada, sendo o Médico-Veterinário [REDACTED] acompanhado do seu advogado Dr. [REDACTED]. Em seguida o Presidente concedeu a palavra o Conselheira Relatora Dra. [REDACTED] FONSECA, para ler seu relatório conforme preceitua o artigo 60 do CPEP. A senhora Relatora fez um resumo da denúncia e dos atos processuais. Em seguida, o Presidente solicitou que a Conselheira Relatora, realizasse a leitura da fundamentação do processo, onde há a denúncia formulada pela denunciante, imputando ao denunciado negligência e imperícia no acompanhamento pós-operatório de procedimento oftalmológico em seu animal, com perda ocular subsequente. Em seguida o Presidente concedeu a palavra a parte denunciada para sustentação oral de sua defesa, sendo relatado pela defesa através do seu procurador o Dr. [REDACTED], que relatando que foram feitos os devidos cuidados do animal pós-cirúrgico, que não há provas sobre a denúncia feita contra o denunciado, que o médico-veterinário [REDACTED]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS

fez seu trabalho de forma correta e que possui muita experiencia em oftalmologia sendo um dos promissores na região. Tomando a palavra o Dr. [REDACTED], falando que faz sua parte com maior zelo, que se dedica até hoje a acompanhar os animais que atende, que possui 35 anos de graduação e que ficou muito triste com a denúncia e que nunca passou por isso. Agradecendo pela oportunidade de expor suas palavras. Em seguida o Presidente solicitou a saída da parte denunciada para discussão do plenário sobre o processo. O Presidente retornou a palavra a Conselheira Relatora para proceder com a leitura da fundamentação e voto, diante do conjunto dos autos, notadamente a ausência de prova técnico-pericial conclusiva sobre culpa profissional e a insuficiência de elementos para afirmar, com segurança, infração ética, votou-se por conhecer da representação e julgar **improcedente a acusação, determinando o arquivamento** do Processo Ético-Profissional em desfavor do médico-veterinário [REDACTED] por ausência de prova suficiente de infração ao Código de Ética e cientificar as partes após o trânsito em julgado administrativo, além de proceder às anotações cabíveis e à baixa de praxe. Vale pontuar que foi levado em consideração o sofrimento da denunciante diante do aflito com o seu animal, o que é absolutamente legítimo e compreensível. Todavia, não se verifica nos autos elementos suficientes que justifiquem a imposição de penalidade ética ao profissional. A seguir, o presidente tomou o voto do conselheiro relator, que foi **pelo arquivamento da denúncia**. Sendo colocado em discussão a matéria, concedendo a palavra aos Conselheiros na forma do artigo 63 e seguintes da Resolução CFMV 1330/2020. Os Conselheiros quanto as preliminares, mérito, capitulação e fixação da pena. Colhida a decisão na forma do art. 55 do CPEP, **o Plenário decidiu por 8 votos com o relator**, acolhendo o parecer do Relator, julgando improcedente e a providencia da baixa e o arquivamento dos autos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a Sessão. E, para constar, eu Letícia Barros de Alencar – Secretária-Geral, lavrei a presente ata que vai por todos assinada.

DIRETORIA


EDNALDO SOUZA DA SILVA
PRESIDENTE


HARUO TAKATANI
VICE-PRESIDENTE

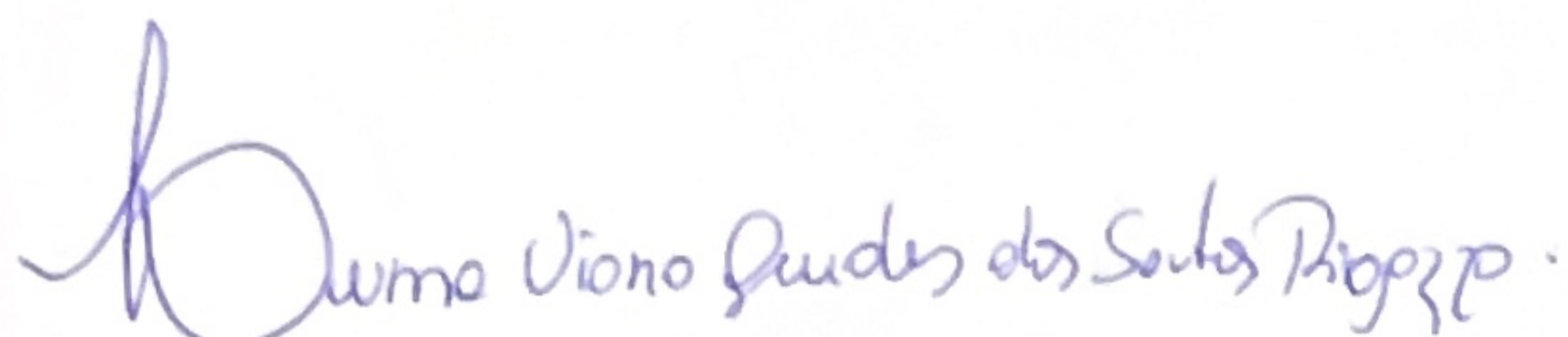

LETÍCIA BARROS DE ALENCAR
SECRETÁRIA-GERAL


MARCELO VIEIRA GAMA
TESOUREIRO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS

CONSELHEIROS


LUMA VIANA GUEDES DOS SANTOS
PIGOZZO


BRUNA CASTRO COSTA


CAMILLA BARBOSA LEITE


PABLO NAHUM FERNANDES DE OLIVEIRA


SABRINA FONSECA DE MEDEIROS